

Resistências e Acomodações Sociais No Desenvolvimento dos Assentamentos de Reforma Agrária No Brasil: O Caso da Região de Araraquara-Estado de São Paul.

Vera Lucia Silveira Botta Ferrante y Luis Antonio Barone.

Cita:

Vera Lucia Silveira Botta Ferrante y Luis Antonio Barone (2007). *Resistências e Acomodações Sociais No Desenvolvimento dos Assentamentos de Reforma Agrária No Brasil: O Caso da Região de Araraquara-Estado de São Paul. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/356>



Resistências e acomodações sociais no desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil: o caso da região de Araraquara - Estado de São Paulo.

Grupo de Trabajo: Desarrollo rural, globalización y crisis

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante¹
Luis Antonio Barone²

Introdução

A perspectiva da trama de tensões

Num momento histórico em que a maioria da população brasileira mora nas cidades e numa região de intensa modernização da agricultura, o assentamento em projetos de reforma agrária de centenas de famílias, a maioria delas composta de trabalhadores oriundos do assalariamento rural, suscita questões sobre as dificuldades de ressocialização dessa população. A situação de assentamento significa uma mudança de perspectiva para estes trabalhadores outrora assalariados, a partir da qual eles estarão construindo novos espaços sociais. As estratégias - de gestão do território, de relacionamento com os diversos mediadores e de constituição de um novo modo de vida - desenvolvidas por esse segmento sempre em tensão (às vezes, em conflito aberto) com outros agentes e forças que formam o campo da

¹ Centro Universitário de Araraquara – UNIARA - Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio-Ambiente (vbotta@techs.com.br)

² FCT/Unesp – Presidente Prudente/SP - Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente . (labarone@uol.com.br)

política de assentamentos rurais, revelam resistências e acomodações desses sujeitos face aos diferentes constrangimentos que a realidade lhes impõe.

Resulta, dessa reflexão sociológica, a percepção da força desses agentes sociais, os assentados, por vezes relegados ao preconceito (teórico e político), lutadores por um pedaço de chão. Inseridos num contexto que lhes é, muitas vezes, hostil, esses trabalhadores rurais constroem seus caminhos a partir de suas perspectivas e consciências.

Falar nas tensões sociais constituintes do espaço social dos assentamentos significa abordar essa realidade destacando as resistências e as acomodações que sobressaem na construção das relações entre os distintos atores sociais presentes no contexto sócio-político estudado. Em questão, estão as relações entre os próprios assentados e entre estes e os diferentes mediadores, tanto das políticas públicas, quanto das possíveis alternativas econômicas.

Assim, a inserção dos assentamentos, nos contextos regionais pode revelar-se mais ou menos problemática, mas sempre será o fazer-se de uma tessitura social, cuja trama revela tensões entre as práticas e as racionalidades desses distintos atores. Essas relações de força compõem campos de disputas onde as tensões se expressam através de possíveis conflitos, resistências e acomodações. É oportuno aqui citar o conceito de campo, derivado diretamente das reflexões de Pierre Bourdieu (1989), espaço social especializado no qual se defrontam agentes sociais que travam relações de força, em busca da hegemonia sobre um capital específico em disputa.

A investigação e a avaliação das trajetórias das experiências de assentamentos rurais tem se dedicado a discutir suas relações com o entorno local/regional e suas perspectivas e bloqueios a um desenvolvimento que contemple as expectativas dos trabalhadores assentados³. Nessa empreitada já realizada (mas sempre demandante de atualizações e ampliações), discutiu-se criticamente a noção de “impactos” do processo de implantação dos assentamentos

³ As reflexões sobre essa temática foram propostas no Projeto de Pesquisa (Auxílio Integrado CNPq) “Assentamentos Rurais e Poder Local: expressões de conflitos, de acomodações e de resistências” e se materializaram em trabalhos por nós publicados (Cf. FERRANTE, V. L. S. B. e BARONE, L.A. “Assentamentos Rurais e Desenvolvimento: Tensões, bloqueios e perspectivas” texto apresentado no Seminário Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento – FAO/INCRA, Porto Alegre, março/2006; dos mesmos autores: Reforma Agrária e desenvolvimento como liberdade: uma nova visão sobre os assentamentos rurais do Estado de São Paulo – Revista Retratos de Assentamentos, Nupedor/Uniara, Araraquara/SP, no. 10, 2006 e “Assentamentos rurais no Brasil: sustentabilidade na gestão do território?” – paper apresentado no 52o. Congresso Internacional de Americanistas (ICA), Sevilha: Universidade de Sevilla, julho/2006.

rurais⁴. Tal noção parece adequada para uma compreensão dos processos locais e regionais de amplo espectro. No entanto, conforme afirmam alguns dos próprios pesquisadores que a tem utilizado,

“esses processos de transformação [causados pelos assentamentos rurais], para os quais muitas vezes o termo ‘impacto’ pode ser excessivo (uma vez que ele tende a chamar a atenção para o mais visível e espetacular), muitas vezes têm caráter molecular* e só se potencializam ao longo do tempo...” (LEITE et. al., 2004, pp. 20-21).

Propõe-se, neste trabalho, um aprofundamento da análise, em direção justamente das relações sociais moleculares, que constroem a dinâmica dos contextos sócio-políticos nos quais os assentados estão inseridos. Neste sentido, discutir a tessitura de uma trama de tensões sociais, a partir da prática desses agentes, cuja racionalidade social transita numa relação complexa entre resistência e acomodação, parece ser mais adequado para a compreensão desses processos. Mesmo que condicionadas por dinâmicas que lhes são impostas de fora, tais práticas constituem a história viva de trabalhadores que, estando numa posição estrutural de subalternidade social, organizam estratégias – individuais ou coletivas – cuja consecução, senão amplamente transformadoras das relações sociais, revelam aspectos inovadores e singularmente determinantes da realidade da qual participam como sujeitos.

A abordagem comparativa da trama de tensões: a relação entre assentamentos e desenvolvimento regional

As diversidades e as coincidências nos impasses e perspectivas no desenvolvimento da política de assentamentos rurais no Estado de São Paulo foram estudadas em duas situações bastante diferentes do ponto de vista regional (Araraquara e Pontal do Paranapanema). Fica a ressalva de que a política de assentamentos no Estado tem sempre elementos que podem ser caracterizados como gerais – ou fixos – como a atuação do ITESP, que promove

⁴ Cf. MEDEIROS, L. S. e LEITE, S.P., 1999; CHONCHOL, M.EF.e D’INCAO (orgs.), 1989; ANTUNIASSI, M. H. R. e ANDRADE, M. P., 1991.

assentamentos em todas as regiões e fornece assistência técnica a todos os assentamentos no Estado, independente dos projetos serem de âmbito federal ou estadual, embora este último governo federal tenha agido no sentido de ampliação dos quadros técnicos do INCRA, fornecendo alguma assistência técnica aos assentamentos federais (algo que se encontra mais adiantado no Pontal do que em Araraquara). Isso indica um leque de políticas públicas que tende a se desenvolver a partir de uma mesma dinâmica, proveniente de outras esferas do poder público, que não a local.

Porém, ao privilegiar o âmbito local/regional no enquadramento empírico desse estudo, a análise se defrontou imediatamente com tensões específicas, tanto do ponto de vista das estruturas políticas e econômicas, quanto dos atores sociais diretamente envolvidos nesta conflituosa realidade. O caráter comparativo visou, portanto, ressaltar os possíveis rumos das experiências de assentamentos, em função das tramas sociais constituídas pelos distintos conjuntos de agentes/atores sociais que animam o cenário local/regional em cada caso, bem como através das tensões que se expressam no campo das alternativas políticas e econômicas.

O modo de vida em questão é o constituído pelos assentados em sua busca por sustentabilidade (seja essa entendida como sustentabilidade social e econômica) num campo de disputas definido pelo jogo das forças sociais presentes no âmbito local/regional. Os assentados são sim os artífices desse modo de vida, mas o fazem sempre numa situação relacional, como diria Bourdieu. Os confrontos com as demais forças sociais (capital regional, agentes oficiais dos órgãos estatais responsáveis pela reforma agrária e os agentes do poder público municipal) vêm tendo no âmbito municipal o cenário privilegiado de observação. As possibilidades e diversidades de construção dessa trama de tensões exigiram a compreensão do Poder público municipal não apenas como uma força externa, mas 1) como escala geográfica fundamental na luta pelo empoderamento e afirmação política dos agentes assentados, constituindo uma teia de relações e de confrontos de interesses; 2) as Prefeituras não são agentes neutros no processo – como de resto todo o aparato estatal, definindo suas ações mediante o jogo de forças sociais na conjuntura estudada. Os interesses econômicos e os compromissos políticos perfazem essa conjuntura na escala local privilegiada no projeto, levando-se em consideração a coincidência com um período histórico marcado pela chegada ao poder federal de uma coalizão de forças políticas lideradas pela esquerda.

A referida sustentabilidade, seja econômica, ambiental ou social dos assentamentos, forneceu a perspectiva dessas tensões, diferentemente das noções de impacto ou de mera integração. A inserção dos assentamentos nos contextos regionais estudados se deu mediante tensões explícitas ou latentes, conflituosas ou acomodativas na construção dessa rede de relações. No que tange às Prefeituras, essa rede de relações políticas é constituída através das parcerias – discutidas como expressão de desigualdades, exigindo-se a desconstrução de seu significado conceitual usual - dos projetos específicos, da prática clientelista e disputa de projetos distintos, com a possibilidade de construção de uma nova cultura política. O jogo das forças sociais nesse campo revela tensões, reciprocidades e mediações que precisam ser analisadas. No contexto do desenvolvimento local/regional, os temas do poder local, dos sistemas e dos arranjos produtivos podem explicitar o grau de inclusão (ou bloqueio à inclusão), entendido como indicador qualitativo desse possível desenvolvimento como liberdade.

Temos trabalhado, desde há muito, com o estudo dos modos de vida (re)elaborados pelos trabalhadores assentados nos projetos oficiais do Estado. Essa abordagem privilegiou os espaços da sociabilidade no interior dos assentamentos, as estratégias de produção e reprodução social das famílias e as mediações políticas constituídas entre essa busca por permanecer na terra e a atuação de órgãos e agências (estatais ou não) no tocante à elaboração de projetos de desenvolvimento dos assentamentos.

A complexidade marca a abordagem das dimensões constitutivas desse modo de vida. Para os assentados, o espaço do assentamento é um espaço conquistado que deve ainda ser “domesticado”. É um espaço de dificuldades, mas carregado de esperanças. Neste espaço constrói-se ou reconstrói-se a história individual e a sociabilidade. É um espaço de experiências, práticas e transformação de habitus que ressocializam os trabalhadores para alternativas jamais previstas. A criatividade demonstrada por muitos assentados, homens e mulheres que “se fazem” enquanto constroem os assentamentos, enriquece de especificidades o caleidoscópio de situações particulares. Há singularidades por toda a parte (Martins, 2003). As trajetórias desses sujeitos ora os individualizam, ora os aproximam. A gestão do território do assentamento e seus projetos de desenvolvimento serão analisados do ponto de vista da construção de um novo modo de vida que envolve um conjunto complexo de relações. Separar

as dinâmicas interna e externa desse processo torna-se um procedimento analítico enganador, posto que estão imbricadas e se retroalimentam.

A discussão dos elementos constitutivos desse novo modo de vida vem sendo objeto de nossas reflexões, sendo priorizadas as diferenciações nos aspectos econômicos, culturais e políticos. Discutimos mediadores ou interlocutores inseridos em um campo de forças, analisando a constituição e dissolução de formas associativas, a reorganização do espaço produtivo, os rearranjos em busca da cooperação. Discutimos elementos de recusa/aceitação aos modelos de associativismo propostos pelo Estado ou agências de mediação, na constituição da trama de tensões envolvendo a implantação das experiências de assentamentos nos distintos contextos regionais. Entende-se o assentamento como um espaço social onde diferentes formas organizativas são criadas e recriadas em um movimento no qual o espaço de iguais (no mais das vezes, objetivado nos acampamentos de sem-terra), com frequência, se desestrutura no viver dos assentamentos. A diferenciação entre grupos e famílias de assentados, constata-se, tem marcado esses projetos, tão logo a luta pela terra, momento de coletivização e de homogeneização – se desdobra na situação de assentamento.

O cotidiano dos assentamentos mostra um complexo cenário em que a construção de lealdades, de rearranjos na sociabilidade comandados por relações de parentesco, de vizinhança e de filiação religiosa é atravessada por mecanismos de poder, nos quais clientelismos e expressões da cultura da dádiva se fazem presentes, objetivando criar redes de dependências e (des)organização interna. Ao mesmo tempo, homens e mulheres assentados, buscam autonomia econômica e política, desenvolvendo estratégias em meio a contextos regionais com características específicas.

Tais condicionantes nos levam a buscar as mediações dos assentamentos com a dinâmica do desenvolvimento regional. Até então, nossas pesquisas tinham se voltado à diferenciação constitutiva dos assentamentos, à desconstrução/reconstrução de estratégias, dos conflitos internos, dos rearranjos que passam pela reapropriação de códigos nesse novo modo de vida. Um outro olhar, entendido como a compreensão das mediações com o poder local e com as características regionais passou a ser objeto de nossas preocupações analíticas. Busca-se a integração entre as dimensões interna e externa desses processos, de forma a compreendermos melhor a trama de tensões e a definição de estratégias e iniciativas por parte

dos trabalhadores assentados, na busca de reconstruírem um modo de vida adequado à nova situação que experimentam.

Nessa reconstrução, a “parceria” com as agroindústrias, nos termos em que ela vem se concretizando exige a desconstrução desse conceito calcado na matriz teórica de capital social, a qual tem como princípio que a parceria deve estar embasada por valores como “solidariedade”, “reciprocidade”, “cooperação” e “confiança” (Putnam, 2000, Silva, 2005). Na situação concreta da parceria com os assentados, trata-se da expressão institucional de um contrato no qual são dissimuladas relações assimétricas de poder. São as desigualdades constitutivas desta relação responsáveis pela controversa integração dos assentados às parcerias com as usinas de açúcar e álcool que serão objeto de nosso crivo analítico. A análise das parcerias é, no caso do presente projeto, atravessada pela noção de trama de tensões.

Assim, temas como a gestão do trabalho no interior dos assentamentos, a produção para o autoconsumo e a recuperação de um possível ethos camponês não podem ser corretamente analisados sem levar em conta a trama de tensões (envolvendo conflitos, resistências e acomodações) formada pela integração desses assentamentos aos contextos locais de cada região. Novamente, separar esses processos (autoconsumo e produção comercial), mesmo que analiticamente, faz com que se percam as conexões concretas, visíveis na organização produtiva e familiar nos assentamentos. Quando se tematiza a possível redução da pobreza dessas populações – antes bóias-frias ou agricultores sem-terra – essa visão integradora dos sistemas produtivos voltados ao autoconsumo e, muitas vezes, ao mesmo tempo, ao mercado local/regional, é fundamental.

A dimensão da participação política desses trabalhadores assentados, quase sempre “neófitos” no campo político local/regional também comporta ações e estratégias na definição dos processos político-organizativos internos nos assentamentos, com ou sem presença de mediadores (sindicatos ou MST) e a dinâmica de integração dos mesmos ao campo político local/regional (Barone, 2004). A reiteração da cultura da dádiva e do clientelismo se mescla com inovações políticas e uma real ampliação de participação cidadã desses “últimos cidadãos” (Houtzager, 2004).

Nessa tensão permanente, existe uma reinvenção do rural e do local, tanto para as populações assentadas quanto para o entorno. Reinvenção que não elimina a preservação de hábitos culturais próprios de uma cultura camponesa nos mais diferentes espaços da vida

social, os quais se expressam através de códigos de reconhecimento social, de elementos da economia moral. Novos agentes e novos projetos, no entanto, são lançados em cena, opondo racionalidades distintas, seja na recuperação fragmentária do tradicionalismo face às exigências da modernizada agropecuária paulista, seja na constituição de estratégias e projetos que colocam frente à frente as possibilidades da agricultura familiar e o monopólio do agronegócio nos sistemas produtivos e na economia regional.

Uma brevíssima caracterização do universo empírico

Na região de Araraquara, as contradições da modernização agrícola e o poder do agronegócio.

Produto de diferentes políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 20 anos, a região de Araraquara (região central do Estado de São Paulo) conta com três projetos de assentamentos rurais, sendo dois deles de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado/ITESP (Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade) e um do INCRA (Bela Vista do Chibarro).

Os primeiros núcleos de assentamentos (Monte Alegre I, II, III e IV) foram instalados pelo ITESP nos anos de 1985 e 1986, ainda na gestão do governador Franco Montoro (1983-1986), tendo sua instalação se completado quase dez anos depois. Hoje o projeto de assentamento Monte Alegre conta com 6 núcleos, perfazendo um total de 416 lotes agrícolas. São 418 famílias que ali residem, segundo dados da Fundação Itesp.

Além desses núcleos do ITESP, existe um Projeto de assentamento promovido pelo governo federal (INCRA) no município de Araraquara: o projeto de assentamento Bela Vista do Chibarro, com 176 lotes agrícolas (estimadamente) e o mesmo número de famílias. O projeto de assentamento Bela Vista se encontra em terras anteriormente pertencentes a uma usina de açúcar (Usina Tamoio), cuja desapropriação data de 1989.

A trajetória dessas experiências de assentamentos não se diferencia muito das demais, sobretudo no Estado de São Paulo, no tocante à ação dos órgãos públicos responsáveis pelos projetos. A falta de planejamento, a desorganização de um cronograma racional de investimentos e o esvaziamento cíclico da estrutura de assistência técnica (Ferrante e Barone,

1997/1998) acabam por prejudicar em muito o desenvolvimento econômico dos produtores assentados. Conflitos entre assentados ligados a distintas direções políticas, expressos em protestos contra os órgãos técnicos, conflitos que tiveram interferência nas experiências frustradas de cooperativas e de associações reavivados por muitas disputas internas fazem parte desta trajetória.

Em comparação com inúmeros outros projetos, tanto sob responsabilidade do governo estadual quanto do governo federal, a característica mais marcante desses assentamentos é justamente sua inserção territorial numa região de agricultura modernizada, praticamente monopolizada pelas culturas da cana-de-açúcar e de citros, além da presença intensa da avicultura⁵. A maior parte das terras agricultáveis da região está cultivada com cana - cuja extensão chega, no município de Araraquara, a cerca de 32 mil hectares – e cuja cadeia de produção constitui o maior complexo agroindustrial da região.

Leve-se em conta que, em função mesmo desse entorno sócio-econômico – a maioria das famílias assentadas na região tem uma trajetória recente de trabalho imediatamente ligada a essa economia. Perto de 70% dos assentados no projeto de assentamento Monte Alegre, especialmente dos núcleos II e IV foram proletários rurais nas culturas de cana e de laranja, enquanto que no projeto Bela Vista do Chibarro, este índice está em torno de 50%. Ainda hoje, tanto a colheita de laranja como a de cana são formas de assalariamento temporário às quais os trabalhadores rurais assentados recorrem.

Os dilemas da inserção regional desses Projeto de assentamento não se referem apenas à trajetória das famílias – um retrato das contradições dessa modernização agrícola – ou à participação no mercado que esses produtores assentados têm ou almejam ter. Desde a sua instalação, o conflito com as forças políticas representativas do complexo agroindustrial da cana se fez presente nas áreas reformadas, questão a ser retomada na análise dos nós górdios da trama de tensões.

No Pontal do Paranapanema, conflitos fundiários e impasses nos projetos de assentamentos

⁵ Segundo dados da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, para a safra de 1997/98, a soma da participação dessas três atividades sobre o total da produção agropecuária regional ultrapassa os 90%.

Na região conhecida como Pontal do Paranapanema (oeste do Estado de São Paulo), a questão fundiária tem sido – ao longo de décadas – o ponto fulcral definidor das políticas públicas e ingrediente básico das tensões sociais envolvendo o estado e diferentes classes sociais. A região é, portanto, de importância ímpar quando se aborda a temática da reforma agrária no Estado de São Paulo. Com uma ocupação que data do final do século XIX, o Pontal do Paranapanema revela, em seu histórico fundiário, o mais conhecido caso de grilagem de terras do país (Leite, 1999).

Centenas de ocupações, milhares de trabalhadores mobilizados e acampados, dezenas de ações judiciais discriminatórias promovidas pelo Estado no sentido de identificar e arrecadar as terras devolutas irregularmente ocupadas: esse é o contexto sócio-político do Pontal, que se desdobra desde o início dos anos 1990. Nesse cenário, o incremento da política de assentamentos na região aconteceu, sobretudo, na primeira gestão do governador Mário Covas (1995-1998), como resultado de intensas negociações para arrecadação de áreas e o assentamento de milhares de famílias. O Pontal do Paranapanema é hoje a região com o maior número de assentamentos e de famílias assentadas, no caso respectivamente 103 projetos com aproximadamente 5,5 mil famílias assentadas.

Mais do que em qualquer outra região paulista, os assentamentos são vistos no Pontal como um “incômodo inevitável”. Incômodo porque, superados os anos iniciais de uma vigorosa ação governamental no sentido de instalação de PAs (coincidente com os governos Covas), as forças resistentes a uma política de distribuição de terras voltam a contar com simpatia da opinião pública regional, investindo contra o suposto baixo desempenho econômico dessas áreas reformadas. A inevitabilidade se apresenta quando a discussão vai além dessa suposta irracionalidade e se volta para a irregularidade fundiária, a improdutividade de grandes áreas rurais e a presença marcante dos movimentos de luta pela terra (não apenas, mas sobretudo o MST).

No que tange à chamada situação de assentamento, em alguns municípios, a política municipal é bastante influenciada pela presença dos P.A.s, embora isso não altere necessariamente práticas políticas tradicionais. Em outros contextos municipais, a presença organizada dos assentados, através do MST, vai, aos poucos, determinando uma relação positiva e propositiva com o Poder Municipal. No caso de Teodoro Sampaio, a existência do

núcleo dirigente do MST, morador dos assentamentos do município fez com que a Prefeitura se volte mais e mais para os PAs. É importante frisar que o MST não entra nesse jogo – ou não é percebido como parceiro pelas Prefeituras – senão quando atua quase como partido da base aliada do governo federal.

Em termos de desenvolvimento econômico, é importante citar, também, a mobilização dos assentados, liderando um segmento de produtores familiares de leite, na busca por melhores preços para o produto. Usando sua experiência política, os assentados encaminharam uma luta pela melhoria dos preços do leite nas entressafras de 2001 e de 2005, pressionando os laticínios e obtendo vitórias pontuais. Essas situações beneficiam assentados e produtores tradicionais, criando um potencial de integração importante, quando se pensa em desenvolvimento rural.

A inserção e integração dos assentamentos nos contextos locais e sua presença na pauta de desenvolvimento local é bastante diversificada, quando se pensa no Estado de São Paulo e mesmo na região onde tal política terá um impacto maior – que é o Pontal do Paranapanema. Isso aponta para a continuidade das lutas e da tibiez de um consenso sobre a importância dos assentamentos no que tange ao aspecto estritamente econômico. O conflito fundiário, ainda sem solução, mais (ou menos) que politizar, ideologiza por demais a questão dos assentamentos na região (ruralistas X sem-terras). Isso oculta a importância econômica que esse projetos têm, sobretudo nos municípios onde mais existem trabalhadores assentados.

O não reconhecimento dos assentamentos como vetores estratégicos para o desenvolvimento regional é verificado, por exemplo, na omissão que fóruns institucionais que discutem o desenvolvimento do Pontal fazem. Dominados por agentes econômicos ligados ao agronegócio regional – embora conte com a presença de autoridades políticas, técnicos e pesquisadores – esses espaços não fazem referência aos assentamentos, exceto quando a temática é regularização fundiária. Aí, os assentamentos são citados como contrapartida para a legalização de uma situação imobiliária rural bastante complicada.

Desenvolvimento local/regional e inovações na gestão territorial: contradições em cena

A análise de contradições existentes entre as estratégias familiares de desenvolvimento e os padrões de organização econômica regionais tem gerado o debate sobre como podem ser

problemáticas a integração dos assentados com os setores mais modernizados das economias nas distintas regiões. Isso porque a lógica que rege as propriedades familiares difere em relação à lógica de produção empresarial. No entanto, o estudo tem apontado formas alternativas em arranjos produtivos regionais com outros setores e mesmo com as prefeituras locais. Perspectiva esta que pode colocar os assentados num circuito de diversificação agrícola e de estímulo à produção, com maior integração também aos mercados municipais, muitas vezes sob políticas ditas de segurança alimentar. Pretendemos avançar nesta problemática analisando-a sob o prisma da trama de tensões, representativa da complexa rede de relações existentes entre os vários atores envolvidos na política de assentamentos, na economia regional e os próprios assentados.

A partir da constatação do jogo político envolvendo representantes dessas instâncias onde os seus vários atores (inter)agem de conformidade com seus interesses, que nem sempre coincidem, a constituição desses espaços assume uma multidimensionalidade de determinações das condições de vida das famílias que os constituem e vivenciam. Colocam-se questões para que investiguemos como se dá a gestão do território nos assentamentos a partir das diferenciadas formas de integração (ou bloqueio), tanto na economia regional como na agenda política dos municípios. Como expressão maior dessa nova gestão territorial que surge com os assentamentos, a diversificação agrícola vem se mostrando como um fator que pode garantir estratégias de permanência na terra com maior liberdade de decisão familiar, podendo também gerar desenvolvimento local/regional.

A polêmica da cana: resistências e acomodações nas alternativas econômicas.

A trajetória produtiva dos novos agricultores assentados na região oscilou entre a produção de grãos nos anos iniciais, uma busca por diversificação agrícola - que vai da fruticultura a algumas experiências isoladas de produção orgânica – chegando a uma mal resolvida (política e juridicamente) integração ao complexo agroindustrial sucroalcooleiro. Porém, o encaminhamento de cada alternativa produtiva – excetuando-se as culturas de autoconsumo (FERRANTE e SANTOS, 2003) – não se deu sem um complexo jogo de resistências e acomodações, tanto às iniciativas oficiais quanto aos sistemas produtivos mais capitalizados (como o da cana-de-açúcar).

A polêmica adesão dos assentados ao cultivo agroindustrial da cana-de-açúcar acaba por ser o mais evidente e, ao mesmo tempo contraditório, exemplo de resistência dos trabalhadores frente ao jogo de forças no qual estão inseridos. Registra-se, no histórico da discussão sobre o plantio da cana no P.A. Monte Alegre, uma proposta que partiu do próprio ITESP, mesmo que voltada para o aproveitamento artesanal do bagaço.

O patrocínio, já em 1993, pelo Prefeito de Motuca de um suposto consórcio para implantar canaviais em parceria com uma usina, teve, no ambiente do P.A. Monte Alegre, um efeito conflitivo imediato, dividindo os assentados entre favoráveis e contrários. Num contexto político interno que já era marcado pela falta de organizações mais oficiais e estáveis – restando apenas as alianças de base familiar – as resistências dos assentados se contrapuseram, polarizando o debate político entre os assentados – exatamente como aconteceu, anos depois, no P.A. Bela Vista.

O discurso da busca por uma maior rentabilidade – levando o assentado a ser “classe média” – se contrapôs a uma compreensão de que a integração às agroindústrias sucroalcooleiras não seria o objetivo de um assentamento de reforma agrária. No caso da Monte Alegre, como elemento importante de polarização política em torno do tema, a eleição de um membro da maior família do assentamento (morador no Núcleo I) garantirá apoios ao projeto do prefeito. Em oposição ao “consórcio”, agirá a militância do sindicato dos trabalhadores rurais. Como algumas lideranças sindicais também eram assentadas no mesmo núcleo deste P.A., uma certa agressividade se verificou nesse primeiro momento da discussão.

A polêmica se arrastará por anos, movimentando tanto o espaço político interno do assentamento, quanto diversos mediadores (lideranças sindicais, prefeitos, vereadores, deputados e técnicos do ITESP). Conflitos e resistências, de parte a parte, marcarão esse período. Como momento revelador (e irônico) dessa disputa, cita-se uma recepção ao governador recém-empossado, Geraldo Alckimin, em 2001. Em palanque montado no P.A. Monte Alegre, assentados, técnicos e autoridades municipais se alternavam nos discursos, unanimemente elogiando o governador, porém “afirmando”, ora a disposição do executivo estadual em estar de um lado, ora de outro da “polêmica da cana”.

Para além do debate no campo acadêmico, condenando de antemão ou relativizando a proposta da cana (PINASSI e QUEDA, 1993 e STETTER, 2000), as contradições e a complexidade da integração dos assentamentos ao circuito produtivo ligado às agroindústrias

do álcool e açúcar mobiliza o campo político nos assentamentos, revelando resistências e acomodações de cada parte dos contendores imediatos. A “solução”, imposta pelo ITESP através de uma portaria oficial, regulamentou, em 2002, o plantio de cana-de-açúcar para fornecimento às usinas. A vitória dos “pró-cana” no assentamento Monte Alegre mostrou-se relativa, pois o encaminhamento do primeiro ciclo agrícola da cana nesse assentamento dividiu mais ainda os assentados. Pode-se dizer que o novo “incêndio” em torno do tema tem como origem justamente a questão da queimada da cana plantada no assentamento.

A nova rodada de disputas, repondo as estratégias de resistência e acomodação dos assentados, une os que não se opunham politicamente contra a cana, pois estes percebem, na queima da palha da cana para a colheita, uma ameaça às suas plantações.

A resistência desses assentados confronta a lógica modernizante, que superestima a tecnologia e a integração aos mercados em detrimento de outros valores. A recuperação de um trabalho tradicional, nos moldes camponês, nos assentamentos, além de ser simultaneamente uma prática da resistência, aponta para uma relação mais humanizada e socialmente rica com a terra. Conforme afirma Leonardo Boff, esse cuidado com a terra e o meio ambiente é caracterizado por uma interação sentimental, gerando uma relação que “não é de domínio, mas de convivência. Não é pura intervenção, mas é interação e comunhão” (1999, p. 95).

Assim, a pesquisa observou a reconstituição, nos assentamentos, de todo um modo de vida tradicional, em meio aos canaviais e às usinas. São dezenas de lotes de produção ocupados com toda sorte de plantio, além de várias farinheiras artesanais. Os animais servem de tração para o trabalho, meio de locomoção, além de fornecer importantes produtos básicos (como leite, ovos e queijo). A prática de subsistência é virtualmente a prática de uma forma cotidiana de resistência (SCOTT, 2002).

No PA Monte Alegre, a entrada da cana, discutida primeiro por meio de um consórcio, é expressão nítida da vontade política do prefeito e agentes do poder local, circunscrevendo um campo de disputas no qual os assentados participam, mas não deixam de ser marcados por uma forte subalternidade. Num segundo momento, o ITESP regulamenta a integração ao sistema produtivo comandado pelas agroindústrias, gerando novas tensões – que certamente se desenvolverão criticamente num futuro próximo.

A pressão que as usinas exercem sobre os projetos de assentamentos a fim de que se dediquem à produção canavieira, passando a ser fornecedores de matéria-prima para as

agroindústrias nunca se interrompeu efetivamente. De forma mais ou menos dissimulada, a proximidade e o cercamento das usinas se constitui em uma sombra a nublar a perspectiva de uma produção pluralista e diversificada nos assentamentos da região.

Diversificação que se fez presente especialmente nos núcleos de assentamento da Fazenda Monte Alegre, perdeu sua força nos anos 2002/2003 e começou a ganhar novo fôlego a partir de 2005. A reordenação da produção, com conseqüente tendência à pluriatividade na qual chegou a ganhar espaço significativo a , combina-se a experiências que têm acenado para a articulação de atividades agrícolas e não agrícolas como parte das estratégias de permanência na terra.

Entram nesse processo estratégias utilizadas para correção do solo, combate às pragas, manejo dos recursos através de práticas alternativas de agricultura (Whitaker, 2003). Estratégias criadas e recriadas, com freqüência, como parte de arranjos familiares. Os assentados muitas vezes recorrem a materiais orgânicos e animais de tração, diminuindo a utilização de agrotóxicos e/ou adubação química e máquinas pesadas para potencializar o rendimento da produção.

De um lado, a voracidade do agronegócio regional tenta se impor, aproveitando-se de uma relativa fragilidade econômica dos projetos de assentamentos rurais; de outro, os assentados reduzem o espaço reservado ao pasto para as vacas leiteiras, aos pomares de frutas, como reação ao próprio cercamento das usinas, buscando meios de viabilizar financeiramente sua permanência na terra. Ou então começam a trabalhar fora - como motorista e em outras atividades não agrícolas – para não ceder à pressão da cana e continuarem na terra.

No outro espaço, no assentamento Bela Vista do Chibarro, numa articulação entre uma usina de Araraquara e um grupo de assentados, inicia-se em 1997/8 o cultivo da cana-de-açúcar em parte do seu território, crescendo assustadoramente. A integração se dá diretamente entre assentados (fornecedores) e empresa. Neste caso, o assentado deve cumprir certas etapas produtivas e adotar as técnicas e outros métodos agrícolas que satisfaçam o grau do insumo para a empresa. Como no exemplo dos contratos para plantação de cana-de-açúcar para fornecimento às usinas pelo projeto de assentamento Monte Alegre, o arranjo vigora por cinco anos obrigando o assentado a cumpri-lo até o final. Tem acontecido de as empresas/usinas que oferecem essa alternativa ficarem à frente de toda a produção, cabendo aos assentados apenas

receber por sua produção no ato da entrega e não decidir sobre como são estipulados no contrato as condições de sua participação. Nos casos em que os assentados ficam endividados por conta de um contrato, por exemplo, representantes dos órgãos gestores indicam o financiamento do Pronaf para a continuidade da produção, para que consigam cumprir o contrato. Com isso há uma transferência de renda de financiamentos que serviriam para apoiar a agricultura familiar, mas ficam nas mãos das agroindústrias.

No Pontal, a integração dos assentamentos ao complexo agroindustrial da cana tem ocorrido localizadamente no município de Teodoro Sampaio, onde existe uma usina de açúcar e álcool. Assentamentos vizinhos à usina estão fornecendo cana mediante projetos do Pronaf, que financia a implantação da cultura e todo o processo produtivo da cana nos assentamentos. Não há certeza de renda positiva para os assentados ao final do período de carência do financiamento, o que pode determinar novamente uma transferência de renda – via Pronaf – para a agroindústria.

Há também outras formas de integração econômica, indiretas, nas quais as produções que são destinadas a empresas não incluem obrigações contratuais de fornecimento. Assim, o assentado participa de um arranjo produtivo que, se de um lado lhe dá mais liberdade, por outro o expõe a “quebras de acordos” – geralmente quando há superprodução – obrigando-o a vender sua produção a preços não compensadores ou mesmo não ter para onde escoar o produto (casos da mandioca e do abacaxi, no Pontal do Paranapanema). A manutenção do poder de decisão do produtor sobre como será a produção ou a venda não significa, automaticamente, melhor situação. Geralmente há a intermediação de um atravessador ou outros atores regionais. Quando agentes públicos (Prefeituras) participam desses arranjos, existe uma melhor perspectiva de ganho por parte dos assentados. Essa produção, por ser quase sempre de culturas aproveitadas pelas famílias (alimentos), quando não são vendidas têm uma possibilidade de escoamento facilitado nos mercados municipais, no interior dos assentamentos e mesmo reaproveitadas no interior dos lotes como autoconsumo, ração animal e adubo.

Expressões de diversidade agrícola no interior dos assentamentos já vinham sendo observadas nas produções destinadas ao autoconsumo das famílias⁶. No entanto, existe uma

⁶ Para alguns pesquisadores, incluir, entre os indicadores de renda, o autoconsumo implica em uma superestimação do conteúdo do lucro agrícola. Ou ainda, que a adoção do indicador pode vir ao encontro da tese, por outros defendida, de que os assentamentos não se integram com êxito na economia capitalista vigente (ou

produção – mesmo que experimental – com potencial comercial que apresenta inovações: casos como a criação de capivaras e a agroindustrialização familiar de buchas de banho (Pontal). A constituição de um assentamento envolve a unificação num mesmo território e a formação de um novo modo de vida para famílias que possuem origens e trajetórias de vida distintas, mas comumente marcadas pelas relações com a terra. Por isso, a diversidade cultural existente se reflete na multifuncionalidade dos lotes e no que encontramos plantados para o autoconsumo das famílias. As práticas agrícolas neste tipo de agricultura, além de manterem um estrito elo com os conhecimentos tradicionais e com a reprodução social são estratégias de produção que visam satisfazer às necessidades alimentares e dos modos de vida de cada família que faz uso delas no presente. São verificados, em Araraquara e no Pontal, casos em que o autoconsumo não exclui alguma cultura comercial, criando perspectivas de reprodução social e geração de renda para os assentados.

No caso de Araraquara, como uma forma de contemplar os assentamentos na agenda municipal existem programas (da Prefeitura, eventualmente em parceria com outras esferas de governo) que absorvem parte da produção excedente. São ações voltadas para a venda direta dos produtores aos consumidores da cidade ou para integrar essas produções em projetos de âmbito local como merenda escolar, restaurantes populares e instituições assistencialistas. Essa iniciativa deverá ser investigada também como um modelo de desenvolvimento alternativo às economias regionais, com perspectivas de ser mais condizente com a lógica da pequena propriedade rural.

No caso do Pontal, diferentes situações são observadas ao tomarmos a região como um todo. O apoio mais direto do INCRA e de outras agências do governo federal (na administração Lula, 2003-2006) tem criado um ambiente mais favorável aos assentados e seus organismos representativos (MST, MAST, COCAMP) junto às Prefeituras e aos agentes econômicos regionais – embora os bloqueios e as limitações políticas ainda sejam grandes. A bacia leiteira implantada nos assentamentos do Pontal é enorme, mas não recebe nenhum apoio específico, tornando esse sistema produtivo pouco desenvolvido e, o que é significativo, limitado em seu alcance de gerar desenvolvimento aos projetos de assentamentos.

regional). Em contrapartida, em outra perspectiva, a inclusão de práticas de autoconsumo se faz necessária na avaliação dos assentamentos, até para não ser deturpada a compreensão do comportamento dos assentados a partir de suas origens, trajetórias e do seu modo de viver cotidiano (Santos e Ferrante, 2003).

A título de conclusão ou elementos de reflexão

Observando-se em conjunto a trajetória desses assentamentos, é correto afirmar a acomodação dessas experiências a um elemento estrutural da formação histórica brasileira – o caráter rentista do nosso desenvolvimento capitalista. Revela-se, como afirma MARTINS, um “sujeito oculto” (2003), operando na dinâmica sócio-econômica dos assentamentos. A integração ao complexo agroindustrial sucroalcooleiro tem sido citado como um indicador forte dessa acomodação aos constrangimentos econômicos impostos aos assentamentos da região em estudo.

Porém, essa acomodação não é passiva, revelando tensões e resistências no próprio encaminhamento das distintas estratégias de adesão aos modelos de viabilização dessa. A movimentação no campo político interno ao assentamento é testemunha de ambigüidades que não colocam o assentado num rumo que lhe é apenas imposto. Ao contrário, a luta pela possibilidade de se plantar cana se fez num conflito e como resistência aos constrangimentos que a condição subordinada de assentado assume frente aos órgãos oficiais. O depoimento de um assentado da Bela Vista, que não plantou cana, afirma o caráter de “protesto” que a opção pela cana (além do cálculo puramente econômico) representou para os moradores daquele P.A.

Novamente está presente uma resposta às dificuldades do relacionamento entre assentados e agentes oficiais. Se esta opção de resistência é egoísta e não coletiva, tem-se na discussão que SCOTT faz das formas cotidianas de resistência (2002), uma maneira de enquadrar a escala e a intensidade das lutas dos camponeses. Para o autor, essas estratégias microscópicas, ou moleculares, são a marca mais forte da ação política desse amplo setor social. Baseadas nos princípios da economia moral (SCOTT, 2002; BARONE, 1996), ou desenvolvidas a partir da experiência que a luta pela terra lhes conferiu, as estratégias dos assentados para enfrentar as imposições estatais e de outros mediadores. Embora a polêmica da cana ainda não esteja encerrada, e até por isso, os agentes assentados se reposicionam nesse novo momento, no qual a queima da cana e a contabilidade dos ganhos dão novos contornos à situação.

De todas as formas, não há uma passividade total, mas também são raras resistências formalmente organizadas. Em todos os assentamentos, vez por outra, o sindicato logra uma forte legitimidade na mobilização dos assentados – como quando se reivindica crédito ou

alguma outra necessidade do assentamento. Porém, essa liderança é largamente esvaziada após uma empreitada específica, retornando os assentados a uma forma de ação política cotidiana, pautada por resistências surdas e recusas aparentemente individuais.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNIASSI, M . H. R. e ANDRADE, M. P. O Trabalho e a escolarização das crianças em núcleos de reforma agrária no Estado de São Paulo. Reforma Agrária. Campinas, ABRA, maio/agosto 1991.

BARONE, L. A. A assistência técnica aos assentamentos rurais do Estado de São Paulo: da política reativa ao vazio de projeto. Revista Retratos de Assentamentos. Nupedor/Unesp, Araraquara/SP, no. 7, 2000.

BOFF, L. Saber cuidar: ética do ser humano – compaixão pela terra. Petrópolis, Vozes, 1999.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

CHONCHOL, M.EF.e D'INCAO (orgs.), Gênese d'une politique et gestion locale: des familles bóias-frias renovent avec la terre dans l'estat de São Paulo. Cahiers du Brésil contemporain, no. 7, Paris, 1989.

FERRANTE, V. L. S. B. e BARONE, L.A. “Assentamentos rurais no Brasil: sustentabilidade na gestão do território?” – paper apresentado no 52o. Congresso Internacional de Americanistas (ICA), Sevilha: Universidade de Sevilla, julho/2006.

FERRANTE, V. L. S. B. e BARONE, L.A. “Assentamentos Rurais e Desenvolvimento: Tensões, bloqueios e perspectivas” texto apresentado no Seminário Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento – FAO/INCRA, Porto Alegre, março/2006.

FERRANTE, V. L. S. B. e BARONE, L.A. Reforma Agrária e desenvolvimento como liberdade: uma nova visão sobre os assentamentos rurais do Estado de São Paulo – Revista Retratos de Assentamentos. Nupedor/Uniara, Araraquara/SP, no. 10, 2006.

FERRANTE, V. L. S. B. e SANTOS, M. P. “A cana nos assentamentos: novas roupagens, velhas questões”. Anais do XLI Congresso da SOBER, Juiz de Fora/MG, julho/2003.

FERRANTE, V.L. S. B. e SANTOS, I. Peres dos (orgs.) Da terra nua ao prato cheio – produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. São Paulo/ITESP, Araraquara/Uniara, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B.; SANTOS, M. P. dos. A Cana nos Assentamentos: novas roupagens, velhas questões. **Anais do XLII Congresso da SOBER**, Juiz de Fora, julho, 2003.CD Room.

HOUTZAGER, P.P. **Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)**. S. P., Ed. Globo, 2004.

LEITE, S. P. et. al. Impactos dos assentamentos – um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília/São Paulo, IICA-NEAD/Ed. Unesp, 2004.

MARTINS, J. S. O sujeito Oculto – ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre, Ed UFRGS, 2003.

MEDEIROS, L. S. e LEITE, S.P. A formação dos assentamentos rurais no Brasil. Processos sociais e Políticas Públicas. P. Alegre, Ed. Da Universidade, 1999.

PINASSI, M. O. e QUEDA, O. “Consórcio canavieiro: proposta inovadora ou reedição de práticas tradicionais”. Reforma Agrária, ABRA, no. 02, vol. 23, Campinas, maio/agosto, 1993.

PUTNAN, R.D. **Comunidade e Democracia**. A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2000.

SCOTT, J. C. “Formas cotidianas da resistência camponesa”. Revista Raízes, Vol. 21, no. 01. Campina Grande, jan.-jun. 2002.

SILVA, R.A. da Assentamentos Rurais na Fazenda Pirituba: parcerias e a formação de capital social. In: FERRANTE, V.L.S.B. ; ALY JUNIOR, O. Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos). São Paulo, INCRA/Uniara, 2005.

STETTER, E. A. A cana nos assentamentos rurais: presença indigesta ou personagem convidada? (Dissertação de Mestrado), Araraquara, Unesp/FCL, 2000.